

EDUCAÇÃO E ENSINO NAS POLÍTICAS CURRICULARES DE ENSINO MÉDIO: O NACIONAL AO ESTADUAL

Luana Mirelly Ferreira Silva

<https://orcid.org/0009-0004-8126-5744>

Carla de Andrade Rodrigues Fernandes

<https://orcid.org/0009-0006-6577-2986>

Luiz Carlos Carvalho Siqueira

<https://orcid.org/0000-0003-3518-6362>

Resumo: Este artigo trata das políticas curriculares do Ensino Médio. Ele é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental, realizada na disciplina de "Currículo e Contemporaneidade", do curso de Pedagogia, da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Nosso objetivo é apresentar e discutir os conceitos de educação, ensino e Ensino Médio presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), bem como no Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (Pernambuco, 2020). A investigação está fundamentada nos estudos e pesquisas de Silva (2023), Ostermann e Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018) e Macedo e Lopes (2011). Tem-se como principais resultados a concepção de educação que busca o desenvolvimento integral dos estudantes; o ensino é centrado no aluno como protagonista; e o Ensino Médio busca formar competências essenciais e oferecer itinerários formativos. Diante da análise desses conceitos presentes na BNCC e no Currículo de Pernambuco, ressalta-se a importância das abordagens ampliadas, visando uma leitura crítica das demandas da sociedade contemporânea postas à educação escolar.

Palavras-Chave: Políticas Curriculares 1; Ensino Médio 2; BNCC 3; Currículo de Pernambuco 4.

EDUCATION AND TEACHING IN HIGH SCHOOL CURRICULUM POLICIES: FROM NATIONAL TO STATE LEVEL

Abstract: This article deals with the curriculum policies of High School. It is the result of a qualitative, documentary research, carried out in the discipline of "Curriculum and Contemporaneity", of the Pedagogy course, of the University of Pernambuco (UPE), Petrolina Campus. Our objective is to present and discuss the concepts of education, teaching and High School present in the National Common Curricular Base (BNCC) (Brazil, 2017), as well as in the Pernambuco High School Curriculum (Pernambuco, 2020). The research is based on the studies and research of Silva (2023), Ostermann and Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018) and Macedo and Lopes (2011). The main results are the conception of education that seeks the integral development of students; teaching is centered on the student as the protagonist; and High School seeks to train essential competences and offer formative itineraries. In view of the analysis of these concepts present in the BNCC and in the Pernambuco Curriculum, the importance of expanded approaches is highlighted, aiming at a critical reading of the demands of contemporary society placed on school education.

Keywords: Curriculum Policies1; High School 2; National Common Curriculum Base 3; Pernambuco Curriculum 4.



EDUCACIÓN Y ENSEÑANZA EN LAS POLÍTICAS CURRICULARES DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA: DEL NIVEL NACIONAL AL ESTATAL

Resumen: Este artículo explora las políticas curriculares para el Ensino Médio en Brasil, tomando como base un estudio cualitativo y documental realizado en la disciplina "Currículo y Contemporaneidad" del curso de Pedagogía de la Universidad de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. El objetivo principal es analizar los conceptos de educación, enseñanza y Ensino Médio presentes en la Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) y en el Currículo de Pernambuco para el Ensino Médio (Pernambuco, 2020). La investigación se fundamenta en los estudios de Silva (2023), Ostermann y Santos (2021), Casagrande, Alonso y Silva (2019), Da Silva (2018) y Macedo y Lopes (2011). Los principales resultados son la concepción de la educación que busca el desarrollo integral de los estudiantes; la enseñanza se centra en el alumno como protagonista; y Bachillerato busca formar competencias esenciales y ofrecer itinerarios formativos. Dado el análisis de estos conceptos presentes en el BNCC y en el Currículo de Pernambuco, se destaca la importancia de enfoques ampliados, apuntando a una lectura crítica de las demandas de la sociedad contemporánea puestas en la educación escolar.

Palabras-Claves: Políticas Curriculares 1; Educación Secundaria 2; Base Nacional Comum Curricular 3; Currículo de Pernambuco 4.

1. Introdução

O presente artigo trata das políticas curriculares do Ensino Médio, trazendo concepções sobre os conceitos de ensino médio, educação e ensino, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Currículo de Pernambuco (Pernambuco, 2020). Ele é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental, realizada na disciplina de "Currículo e Contemporaneidade", do curso de Pedagogia, da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. A investigação está fundamentada nos estudos e pesquisas de Silva (2023), Ostermann e Santos (2021), Casagrande, Alonso, Silva (2019), Da Silva (2018) e Macedo e Lopes (2011).

Nesse sentido, este trabalho se justifica em função da relevância de compreender como esses conceitos se apresentam nos textos curriculares, a fim de provocar reflexões sobre as projeções que eles fazem às práticas educativas, escolarização básica e o papel dos educadores, alinhadas com as necessidades e desafios postos pela atualidade.

Outrossim, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir os conceitos de educação, ensino e Ensino Médio presentes na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), bem como no Currículo de Pernambuco do Ensino Médio (Pernambuco, 2020). Diante da análise desses conceitos presentes na BNCC e no Currículo de

Pernambuco, ressalta-se a importância das abordagens ampliadas, visando uma leitura crítica das demandas da sociedade contemporânea postas à educação escolar.

(inserir 1 espaço entre Tópicos)

2. O Ensino Médio, Educação e Ensino segundo as Políticas Curriculares Nacional e de Pernambuco

A LDB, nº 9.394/96, define o Ensino Médio como “a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, destinada aos jovens que concluíram o Ensino Fundamental” (Brasil, 2022, p. 35). Essa etapa tem como desígnios a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos do Ensino Fundamental, permitindo a continuidade dos estudos, preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e para exercer a cidadania, incentivando a aprendizagem contínua e a adaptação a novas situações profissionais, bem como aprimoramento do desenvolvimento pessoal, abrangendo aspectos éticos, autonomia intelectual e pensamento crítico. Ainda é objetivo desta lei, a promoção da compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, integrando a teoria com a prática nos diferentes componentes curriculares (Brasil, 2022).

A BNCC (Brasil, 2017), assim como o Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 15/2018 (Brasil, 2018), ao tratar do Ensino Médio, reforçam a noção de etapa final da Educação Básica, um direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro, que deve ser garantido de forma gratuita, inclusive, para aqueles que não o concluíram na idade própria. É destacado como um grande desafio nacional devido à dívida social acumulada ao longo dos anos em relação à instrução pública, sendo uma das maiores dificuldades em termos de aprendizagem e garantia do direito à educação no Brasil. Assim, ambas reafirmam o Ensino Médio como uma etapa da Educação Básica, que visa a construção de competências básicas, para a formação técnica de preparação do trabalho e cidadania do estudante.

O Currículo do Ensino Médio de Pernambuco destaca que essa etapa educacional prepara os estudantes para o mercado de trabalho e para exercerem sua cidadania plenamente, desenvolvendo habilidades contínuas. Além disso, aprofunda os conhecimentos do Ensino Fundamental para possíveis estudos superiores e promove o aprimoramento humano, incluindo valores éticos e pensamento crítico, visando a autonomia e o protagonismo dos estudantes na sociedade. Esses aspectos



evidenciam a amplitude do Ensino Médio, ao articular a educação profissional, a formação cidadã e o desenvolvimento pessoal dos estudantes.

O Currículo de Pernambuco do Ensino Médio, no que diz respeito à Formação Geral Básica dos estudantes, se organiza através de competências e habilidades das áreas, assim como proposto no documento norteador ora citado, propondo habilidades organizadas por componente curricular, com destaque para os objetos de conhecimento correlatos a estas habilidades; considere-se, ainda, que os conhecimentos de cada um dos componentes pretendem contribuir, de forma interdisciplinar e conjunta, para se atingir ao que propõe cada uma das competências de área, além de favorecer o diálogo com a formação inicial dos professores (Pernambuco, 2020, p. 53)

A partir dessa perspectiva do currículo de Pernambuco, nota-se que, além de proporcionar uma formação geral básica, com ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais, e de oferecer itinerários formativos para aprofundamento em áreas específicas, apresentado em diversos momentos uma preocupação em atender as demandas dos jovens, buscando compreender este público, a fim de construir um ensino, que tem por objetivo a formação técnica e profissional dos estudantes. Este modelo de ensino assemelha-se com as teorias tradicionais, mas difere quando busca conhecer o perfil dos estudantes a que se destina esta etapa de ensino.

Além destes aspectos, o documento supracitado aborda diversos aspectos relacionados ao Ensino Médio, incluindo sua identidade; a situação específica do Ensino Médio em Pernambuco; os sujeitos envolvidos nessa etapa de ensino; a transição dos estudantes do Ensino Fundamental para o Ensino Médio; os desafios enfrentados por essa etapa educacional; a reforma e a estrutura do Ensino Médio em Pernambuco; a importância da Formação Geral Básica e a implementação dos Itinerários Formativos. Esses elementos acentuam uma visão abrangente e complexa do cenário do Ensino Médio nos dias atuais, destacando questões fundamentais para a compreensão e o aprimoramento dessa etapa de ensino (Pernambuco, 2020).

A palavra “educação” tem suas raízes nos termos latinos “educare” e “educere”. Ao passo que “educare” nos remete a ações como amamentar, criar e alimentar; o termo “educere” significa conduzir (à força) para fora. Esses termos fundamentam a ideia de cuidar, alimentar e guiar o indivíduo para fora de si mesmo, em direção ao conhecimento e ao mundo. Portanto, a educação é vista como um

processo de nutrição e orientação, que leva o indivíduo a expandir seus horizontes, adquirir conhecimento e se desenvolver (Sampaio; Dos Santos; Mesquida, 2002).

Segundo Brandão (1982), o conceito de educação pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto e das perspectivas teóricas adotadas. No entanto, de forma geral, a educação pode ser definida como um processo de ensino e aprendizagem, que visa o desenvolvimento integral do indivíduo, tanto no aspecto cognitivo quanto no emocional, social e cultural. Através da educação, busca-se transmitir conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que são essenciais para a formação e aprimoramento das pessoas, preparando-as para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania.

3. O que dizem a BNCC e o Currículo do Ensino Médio de Pernambuco sobre educação e ensino?

O termo “Educação” é encontrado já na capa da Base Nacional Comum Curricular que diz: “educação é a base”. Ao longo do documento, ele aparece quatrocentos e quarenta e oito (448) vezes. Já no Currículo do Ensino Médio de Pernambuco, há quatrocentos e oitenta e cinco (485) menções do referido termo, que reflete noções como etapa da escolarização brasileira, “Educação Básica” como “processo”, “qualidade”, “construção”, “formação”, entre outras.

A educação como um processo de construção do conhecimento, a Educação aparece articulada de forma progressiva ao longo das etapas de ensino. Há uma certa valorização das situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, demonstra a preocupação em promover uma educação que dialogue com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Assim,

A BNCC do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (Brasil, 2017, p. 57-58)

Gostaríamos ainda de registrar, o constante diálogo realizado na construção do Currículo do Ensino Médio, com os Currículos das etapas anteriores, ensino fundamental e educação infantil, de forma a assegurar a continuidade pedagógica entre as etapas de ensino que compõem a Educação Básica (Pernambuco, 2020, p. 7)



Os documentos consultados enfatizam a importância da qualidade da educação, buscando garantir que todos os estudantes brasileiros tenham acesso a aprendizagens, o que implica em assegurar que os currículos sejam pautados em expectativas de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Temos um documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar. Assim como aconteceu na etapa já homologada, a BNCC passa agora às redes de ensino, às escolas e aos educadores. Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação. (Brasil, 2017, p. 5)

Como qualidade, o termo educação aparece como um desejo, por isso,

[...] espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. (Brasil, 2017, p. 8)

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a formação integral do ser. (Pernambuco, 2020, p. 13) [...] As aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano (Pernambuco, 2020, p. 29)

Além disso, a BNCC sinaliza a necessidade de uma educação alinhada com as demandas atuais e futuras, buscando desenvolver competências e habilidades nos estudantes que os preparem para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. A educação é vista como um instrumento de transformação social e de empoderamento dos indivíduos para atuarem de forma crítica e participativa na sociedade (Brasil, 2017)

As mudanças propostas para o Ensino Médio não surgiram recentemente, mas refletem desafios persistentes na busca pela melhoria da qualidade da educação no Brasil. Entre esses desafios, destacam-se a superação da fragmentação do conhecimento, a importância da contextualização dos conteúdos e a necessidade de

ampliação da carga horária destinada ao Ensino Médio. A Lei 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, trouxeram essas questões à tona, exigindo que as redes de ensino enfrentem esses desafios e busquem soluções para promover uma educação mais integrada, contextualizada e abrangente para os estudantes (Pernambuco, 2020)

Tanto a BNCC como o Currículo do Ensino Médio de Pernambuco articulam a noção de Educação com o desenvolvimento integral dos estudantes, visando não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades, competências e valores que contribuam para a formação completa dos estudantes.

A dinâmica social contemporânea nacional e internacional, marcada especialmente pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõe desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida. (Brasil, 2017, p. 464).

Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois, a enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente. (Pernambuco, 2020, p.13) [...] Do ponto de vista das possibilidades pedagógicas, esta unidade curricular será referenciada na perspectiva da formação integral do ser humano, constituindo se em um momento formativo para os estudantes refletirem acerca das suas potencialidades, de sua capacidade de escolha, bem como de sua resiliência em relação às consequências de seus atos, sua autonomia, curiosidade e autogestão, num constante diálogo entre identidade e reconhecimento social. Refere-se, portanto, à relação entre o eu, indivíduo que se reconhece capaz de escolhas autônomas e sua interação com o outro em contextos diversos, dentro e fora do ambiente escolar, objetivando o protagonismo e a corresponsabilidade na construção de um mundo mais justo e solidário (Pernambuco, 2020, p. 67)

Há, ainda, o compromisso da “educação integral” como o reconhecimento da complexidade e não linearidade do desenvolvimento humano, o que implica em considerar as diversas dimensões do ser humano, intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica, no sentido de promover uma educação que acolha, reconheça e desenvolva plenamente as singularidades e diversidades dos estudantes. Assim, “em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares” (Brasil, 2017, p. 435).



No tocante ao ensino, pode-se notar que a BNCC enfatiza a importância da promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas, que estejam alinhadas com as demandas da sociedade contemporânea e com as necessidades dos estudantes. A BNCC destaca a necessidade de desenvolver competências gerais nos alunos, que vão além do domínio de conteúdos específicos, englobando habilidades, atitudes e valores essenciais para a formação integral dos indivíduos. Além disso, a BNCC valoriza a interdisciplinaridade, a contextualização dos conhecimentos e a flexibilização curricular, visando uma educação mais inclusiva, diversificada e alinhada com as realidades locais e globais.

Dessa forma, existe uma preocupação com o perfil do estudante a que se destina essa etapa de ensino, e as possibilidades que um futuro pautado em uma educação com viés tecnicista venha a ofertar. O ensino busca integrar diferentes áreas do conhecimento, a fim de promover uma formação mais flexível, alinhada com as demandas da sociedade contemporânea, focando no protagonismo e possibilitando jornadas de aprendizagem mais próximas ao universo de interesses dos alunos.

O termo “ensino” aparece com maior recorrência, em ambos os documentos, associado à noção “ensino básico”, empregada para abranger a totalidade da Educação Básica, que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Ele é utilizado para se referir às etapas específicas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que englobam do 1º ao 9º ano e do 1º ao 3º ano, respectivamente.

O ensino também aparece em outros contextos ao longo do documento BNCC, como “Ensino-Aprendizagem”, para se referir ao trabalho docente, enfatizando a necessidade de interação entre professores e alunos no desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC. Outros aspectos bastante comum, é a articulação do termo ensino com “de”/“por” competências. Esse aspecto envolve o desenvolvimento de habilidades específicas nos estudantes para que sejam capazes de enfrentar desafios e situações diversas ao longo de suas vidas. Assim, o Ensino está presente no direcionamento de disciplinas como “Ensino Religioso”, área específica do trabalho pedagógico, que incide no reconhecimento da diversidade religiosa nos currículos escolares.

Além dos contextos mencionados anteriormente, o termo “ensino” também é abordado em outros momentos da BNCC, como no ensino de Línguas Estrangeiras, Ciências e Artes. A BNCC destaca a importância de desenvolver competências

comunicativas e interculturais no ensino de línguas estrangeiras, promover a investigação e compreensão dos fenômenos naturais no ensino de Ciências, bem como estimular a expressão artística e criatividade no ensino de Artes.

A articulação entre o termo “ensino” presente na Base Nacional Comum Curricular, nos imprime questionamentos e possibilidade de leituras, a partir das teorias do currículo. Ele está relacionado à concepção de currículo como um conjunto de práticas educativas que envolvem não apenas a transmissão de conteúdos, característico das Teorias de Currículo Críticas e Pós-Críticas (Silva, 2023), mas também o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes, cujas bases nos remetem as Teorias de Currículos Tradicionais.

4. Considerações finais

Com base nesses documentos, chegamos as seguintes considerações finais: em termos de educação, o conceito é “reflexão”, pela forma de refletir além das disciplinas, pensando no desenvolvimento integral do aluno de forma autônoma. Já o conceito de ensino é “flexível”, pois há uma busca em integrar diferentes áreas do conhecimento, no sentido de promover uma formação mais flexível, alinhada às demandas da sociedade contemporânea, preocupando-se com as possibilidades que um futuro, pautado em uma educação com viés tecnicista, venha a ofertar.

Seguindo tal lógica, compreendemos que as políticas curriculares são falhas no que diz respeito a formação dos professores, ainda muito vinculadas ao tradicional, o que dificulta os professores a acompanharem as inovações tecnológicas, levando a outra falha; a falta de incentivo e investimentos para uma formação continuada que atendam às necessidades dos professores. É sabido também a necessidade de atualizações para que atendam as diferentes formas, necessidades e interesses dos alunos, já que na realidade, o currículo é falho quanto a isso o que dificulta o estudante em se preparar para o mercado de trabalho e para os desafios da vida adulta.

Tem-se como principais resultados a concepção de educação que busca o desenvolvimento integral dos estudantes, o ensino é centrado no aluno como protagonista, e o Ensino Médio busca formar competências essenciais e oferecer itinerários formativos.



Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. Brasiliense: 1982.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Katia Morosov; SILVA, Danilo Garcia da. Base nacional comum curricular e Ensino Médio: reflexões à luz da conjuntura contemporânea. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, p. 407-425, 2019.

DA SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice C. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTERMANN, Fernanda; SANTOS, Flavia Rezende Valle dos. BNCC, Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno brasileiro de ensino de física**. Florianópolis. Vol. 38, n. 3 (dez. 2021), p. 1381-1387, 2021.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco do Ensino Médio**. Recife: SEE, UNDIME, 2020. Disponível em: www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/copy_of_RCSEEPE.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; DOS SANTOS, Maria do Socorro; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 165-178, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Submetido em 01/07/24.

Aprovado em 22/07/24.